



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, com muita atenção, este caderno de prova, que deverá conter uma questão na primeira parte (Dissertação) e 6 (seis) questões na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas frente e verso e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do caderno de prova;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e **assine no espaço apropriado**;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 154/2014, art. 37, §§ 4º e 5º);
5. Observe rigorosamente o **limite de linhas** para as respostas, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 154/2014, art. 42, § 4º);

6. **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;**

7. Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução CSMPF nº 154/2014, art. 47, parágrafo único).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO I

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Na PRM de Pasárgada, foi instaurado um inquérito civil público a partir de representação formulada por uma comunidade de pescadoras e pescadores artesanais existente naquele município. Ali se informa que o Ministério do Trabalho e do Emprego, nesse ano de 2015, por meio de parecer posteriormente referendado pela Advocacia-Geral da União, entendeu não ser devido o pagamento de seguro-defeso às mulheres que atuam na atividade pesqueira artesanal, salvo se provarem que se dedicam à captura do pescado da espécie objeto do defeso. A comunidade alega que tal entendimento, e a consequente suspensão de pagamento do seguro-defeso às mulheres que atuam na limpeza e preparo do peixe para comercialização, surpreendeu a todos, pois esse pagamento vinha sendo realizado ao longo dos últimos 12 (doze) anos, sob a compreensão de que se incluem no conceito de “pesca artesanal” todas as atividades que integram a sua cadeia produtiva.

O ICP está instruído com: (i) documentos que comprovam o recebimento do seguro-defeso pelas mulheres daquela comunidade que limpam o pescado e o deixam pronto para comercialização, nos últimos 12 (doze) anos; (ii) estudos da Universidade Federal do respectivo Estado, que esclarecem que, naquela comunidade de pescadoras e pescadores artesanais, a captura do pescado é realizada exclusivamente pelos homens, e o trabalho de limpeza, de exclusividade das mulheres; (iii) estudos antropológicos que revelam que, no Brasil, a pesca artesanal, de maneira geral, tem características patriarcais, reproduzindo o modelo da comunidade representante; (iv) informações da União, limitadas a sustentar que o entendimento anterior ampliava em demasia o conceito de “pescador artesanal”, que, pela Lei 10.779/2003, abrange somente a pessoa que atua precipuamente na captura do pescado, não alcançando outras que atuem em atividades complementares, ainda que inseridas no contexto da atividade pesqueira.

GRUPO I

Apresente inicial de ação civil pública (sem necessidade de relatório, valendo como tal o acima exposto), em que defenda a atribuição do MPF e a competência da Justiça Federal para o caso, bem como exponha as razões pelas quais o seguro-defeso deve voltar a ser pago às mulheres daquela comunidade pesqueira, que atuam na limpeza e no preparo do pescado para a sua comercialização. **(Máximo de 60 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Desenvolva um texto que relacione interpretação constitucional/avaliação das consequências/capacidades institucionais do intérprete. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
2. Discorra sobre a liberdade de expressão em suas dimensões subjetiva, objetiva e instrumental. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
3. Em relação aos procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, explique: (i) quais são os poderes de um Relator Especial designado pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, o conteúdo possível e força vinculante de suas deliberações?; (ii) quais são os deveres dos Estados diante de tais deliberações - em especial, como o Ministério Público Federal pode zelar pelo seu cumprimento no Brasil? **(Máximo de 30 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**
4. Em relação ao sistema interamericano de direitos humanos, explique: (i) a tese da “quarta instância” presente em precedentes da Comissão

GRUPO I

Interamericana de Direitos Humanos e a posição sobre o tema na Corte Interamericana de Direitos Humanos; (ii) o conceito, os fundamentos e a prática dos mandados internacionais expressos e implícitos de criminalização na proteção de direitos humanos. **(Máximo de 30 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

5. João da Silva foi eleito prefeito no pleito de 2004, para o mandato de 2005 a 2008, no município X. Em 2008 ele foi reeleito para um novo mandato, que assumiu em 2009. Porém, João da Silva faleceu, em 14.11.2009, no exercício do segundo mandato, assumindo o vice-prefeito Mário Souza. Nas eleições de 2012, Maria Clara, que viveu em união estável com João da Silva até a sua morte, requereu o registro de sua candidatura ao cargo de prefeito no mesmo município. Candidato a prefeito por outro Partido impugna o registro sustentando que Maria Clara é inelegível. Tendo em vista a jurisprudência do TSE sobre a matéria, procede a impugnação? Resposta fundamentada, com breve abordagem acerca dos aspectos teóricos da inelegibilidade alegada. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

6. Prefeito candidato a reeleição em 2012 usa, no ano da eleição, maquinário da Prefeitura para realizar obras de caráter particular em propriedades do município, com o fim de beneficiar eleitores e promover sua candidatura. Reeleito e diplomado, responde, juntamente com o candidato a vice-prefeito, a ação de impugnação de mandato eletivo (AIME), tempestivamente proposta, cujo pedido é julgado procedente para o fim de cassar o seu mandato – e o do candidato a vice - por abuso de poder e declarar sua inelegibilidade. O prefeito interpõe recurso e alega: a) não cabimento de AIME na hipótese; b) impossibilidade de declaração de sua inelegibilidade. Procedem as alegações do recurso? Resposta fundamentada com base na jurisprudência do TSE e na legislação eleitoral. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**



PROVA SUBJETIVA

GRUPO II

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, com muita atenção, este caderno de prova, que deverá conter uma questão na primeira parte (Dissertação) e 6 (seis) questões na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas frente e verso e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do caderno de prova;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e **assine no espaço apropriado**;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 154/2014, art. 37, §§ 4º e 5º);
5. Observe rigorosamente o **limite de linhas** para as respostas, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 154/2014, art. 42, § 4º);

6. UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;

7. Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução CSMPF nº 154/2014, art. 47, parágrafo único).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO II

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Quando uma comunidade tem prática cultural que submete animais à crueldade, há conflito entre bens jurídicos. É possível que a comunidade seja uma minoria étnica.

a) Defina os bens jurídicos em conflito, no contexto do ordenamento jurídico brasileiro.

b) Ofereça uma solução, com base nos paradigmas antropocêntrico, biocêntrico e culturalista. (Esclarecemos que não é preciso conceituar cada um desses “paradigmas” nem considerar que todos são independentes entre si; eles apenas devem ser explicitamente levados em consideração).

c) Comente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.

(Máximo de 60 linhas. O que ultrapassar não será considerado)

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Quais aspectos aproximam o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão de um *ombudsman* e quais o distinguem? **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

2. Fale sobre os deveres ambientais relativos à exploração mineral. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

3. Empresa mantinha contrato de exclusividade com produtora de bebidas no tocante à sua distribuição ao mercado varejista. Abrupta e injustificadamente, a companhia que lhe fornecia os produtos rompeu com a avença, inviabilizando os negócios da distribuidora. Após largas discussões, chegaram a um acordo

GRUPO II

pelo qual esta foi ressarcida pelos prejuízos arcados com a perda do negócio mediante valor em dinheiro. O ingresso desse valor deixou de ser escriturado. Indaga-se: Sobre ele deve incidir o imposto sobre a renda de pessoa jurídica? Justificar. (A resposta à indagação vale 4 pontos e a justificação 6 pontos). **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

4. A Lei nº 4.320 de 17.03.1964 preconiza normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle do orçamento e balanço da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Nesse compasso, o que são normas gerais? (vale 4 pontos). Exemplificar (vale 4 pontos). Exaure esta Lei nº 4.320/64 todo o campo de atuação da Lei Complementar referida na Constituição Federal? (vale 2 pontos). **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

5. Procurador da República, ao analisar os autos de prisão em flagrante, constata que os policiais brasileiros incursionaram em Estado estrangeiro fronteiro e lá capturaram o preso de nacionalidade estrangeira, trazendo-o ao Brasil, apesar da existência de tratado bilateral de extradição em vigor com o citado país. Explique: (i) como se denomina e qual é o regime jurídico da conduta dos policiais no Direito Internacional?; (ii) qual é o impacto da conduta dos policiais em relação ao preso e em relação ao Estado estrangeiro? **(Máximo de 30 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

6. Sobre a Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (1980), explique: (i) se é necessária a homologação no Superior Tribunal de Justiça da sentença (ou decisão) estrangeira sobre a guarda da criança ou direito de visita, que embasa o pedido de retorno imediato; (ii) se o retorno imediato da criança previsto na Convenção, determinado por decisão judicial brasileira sem trânsito em julgado e sujeita a recurso sem efeito suspensivo, é compatível com o direito de acesso à justiça daquele que busca a manutenção da criança no Brasil. **(Máximo de 30 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, com muita atenção, este caderno de prova, que deverá conter uma questão na primeira parte (Dissertação) e 6 (seis) questões na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas frente e verso e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do caderno de prova;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e **assine no espaço apropriado**;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 154/2014, art. 37, §§ 4º e 5º);
5. Observe rigorosamente o **limite de linhas** para as respostas, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 154/2014, art. 42, § 4º);

6. UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;

7. Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução CSMPF nº 154/2014, art. 47, parágrafo único).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO III

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

O Ministério Público Federal, com base em documentação oriunda do Tribunal de Contas da União, ajuizou ação civil pública de improbidade administrativa, com pedido de indisponibilidade de bens dos requeridos, em face de **Joleno do Nascimento, Ronivon Ferreira da Silva, Rosa Linda de Souza e Lenivaldo Pimenta**, visando a sua condenação na forma do art. 12 da Lei 8.429/92, pela prática dos atos ímprobos descritos no art. 10, *caput* e incisos, e art. 11 e incisos da mesma lei.

Segundo narra a inicial, Joleno do Nascimento, na qualidade de prefeito de Embusteiro, MG, em dezembro de 2002, firmou convênio com o Ministério da Saúde, para reforma e ampliação do hospital municipal. Em decorrência, a União repassou ao Município a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dos quais a administração deixou de prestar contas de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Por essa razão, Joleno do Nascimento foi condenado pelo TCU a devolver o valor histórico respectivo.

Quanto ao restante da verba, R\$ 110.000,00 (oitenta mil reais) foram empregados no nosocômio e R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) foram destinados ao coquetel de inauguração do novo prédio.

Conforme apurado, houve fraude na licitação para a contratação da empresa responsável pela obra do hospital, uma vez que as planilhas das três (3) empresas que participaram do certame foram elaboradas pela mesma pessoa e o endereço da empresa vencedora não foi localizado. O seu proprietário, Lenivaldo Pimenta, além disso, era também sócio das outras duas empresas concorrentes.

O presidente da Comissão de Licitação, Ronivon Ferreira da Silva, conforme inquérito civil que embasou a ação, vivia em regime de concubinato com Rosa Linda de Souza, proprietária do Buffet Douce France ME, contratado para a realização do coquetel de inauguração, através de carta convite. Não bastasse, Rosa Linda era irmã da esposa do prefeito municipal.

GRUPO III

Em sua defesa, Joleno do Nascimento arguiu, preliminarmente, a incompetência do juízo federal de primeiro grau, por ser detentor de foro por prerrogativa de função, na forma do art. 102, "b", da Constituição Federal.

Afirmou, ainda, a incompetência da Justiça Federal, uma vez que as verbas ditas federais já haviam sido incorporadas definitivamente ao patrimônio do município.

Se superadas essas questões, alegou a ocorrência de prescrição, uma vez que o convênio foi firmado em dezembro de 2002, enquanto a ação civil pública só foi ajuizada em maio de 2008, mais de cinco após. Aduziu ter agido de boa-fé por desconhecer as circunstâncias que envolvem os procedimentos licitatórios.

Quando a Rosa Linda de Souza, arguiu sua ilegitimidade passiva para figurar na causa, uma vez que quem contratou e realizou o coquetel foi o Buffet Douce France ME, e não a pessoa física de sua proprietária. Assim, não haveria qualquer irregularidade na contratação, uma vez que a empresa - pessoa jurídica - não tem vínculos familiares com qualquer integrante da administração municipal. Ademais, o serviço foi corretamente fornecido, sem prejuízo ao erário.

O requerido Ronivon Ferreira da Silva sustentou a ocorrência de prescrição, uma vez que deixou de prestar serviços à prefeitura de Embusteiro em fevereiro de 2003, por ter sido nomeado para exercer cargo público no governo estadual. No mérito, repetiu as alegações dos demais réus, quanto à sua boa-fé.

Por fim, Lenivaldo Pimenta, proprietário da empresa vencedora da licitação para a obra de reforma e ampliação do hospital, afirmou que, em relação aos particulares, como é o seu caso, o termo inicial da prescrição deve ser contado a partir da data do ato (dezembro de 2002). No mérito, aduziu ter realizado corretamente as obras e que a circunstância de fazer parte do núcleo societário das demais empresas concorrentes não o desqualificava, por si só, para concorrer ao certame.

GRUPO III

O juiz federal indeferiu o pedido de indisponibilidade dos bens dos réus.

Sentenciando, acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva em relação a Rosa Linda de Souza e a preliminar de prescrição em relação a Ronivon Ferreira da Silva e Lenivaldo Pimenta.

Quanto ao ex-prefeito de Embusteiro, Joleno do Nascimento, o juízo de primeiro grau rejeitou todas as preliminares. Em relação à preliminar de prescrição, observou que sua gestão à frente da prefeitura municipal encerrou-se em dezembro de 2004 e a ação foi ajuizada em maio de 2008; portanto, antes do decurso do prazo de cinco (5) anos. No mérito, porém, entendeu que não restou comprovada a desonestidade na conduta do réu, o qual, quando muito, mostrou-se despreparado para administrar o município. Dessa forma, julgou improcedente o pedido.

O MPF foi intimado pessoalmente da decisão em 30 de abril de 2015.

Na qualidade de órgão do Ministério Público Federal, elabore recurso de apelação, pleiteando a reforma da sentença em relação aos quatro (4) réus, com o acolhimento da inicial, reiterando o pedido de indisponibilidade dos bens e indicando as razões para tanto. **(Máximo de 60 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Direitos humanos, direitos fundamentais e direitos da personalidade são expressões sinônimas? Designam a mesma realidade? Fundamente a resposta. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

GRUPO III

2. Contratos. a) Teoria da imprevisão (ou da onerosidade excessiva) e teoria da base objetiva. Distinção. b) Âmbito de aplicabilidade, segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

3. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, são cabíveis embargos infringentes contra acórdão que, reformando a sentença de primeiro grau, extingue a ação com fulcro no art. 267 do CPC? Justifique a resposta. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

4. Elabore uma análise crítica do art. 867 do Código de Processo Civil, considerando as seguintes questões: a) o protesto é, conceitualmente, uma medida cautelar? b) Existe prevenção por parte do juiz que conhece do protesto? c) O protesto pode ser utilizado para interromper a prescrição em caso de ação civil pública? Justifique as respostas. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

5. Ato de concentração, aquisição ou fusão de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional. Controle estatal pelo Banco Central (BACEN) ou pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)? A posição do BACEN, do CADE, dos Tribunais Superiores (STF e STJ), do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU) e da doutrina. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

6. Disserte sobre o comércio eletrônico e os direitos do consumidor. Aborde: A compra e venda de produtos realizada em sítios da internet. Legitimidade ativa para ações coletivas. Legitimidade passiva quando há vício ou fato do produto. Direito de arrependimento. Responsabilidade pela despesa decorrente da devolução do produto. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**



PROVA SUBJETIVA

GRUPO IV

Prezado(a) Candidato(a), para sua segurança, atente para as seguintes instruções:

1. Verifique, com muita atenção, este caderno de prova, que deverá conter uma questão na primeira parte (Dissertação) e 6 (seis) questões na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas frente e verso e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas pelo(a) candidato(a);
2. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do caderno de prova;
3. Preencha, **em letra de forma**, os campos abaixo reservados para nome, número de inscrição, UF e **assine no espaço apropriado**;
4. É vedado, **sob pena de nulidade da prova**, inserir no corpo das provas o nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificar o candidato, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Resolução nº 154/2014, art. 37, §§ 4º e 5º);
5. Observe rigorosamente o **limite de linhas** para as respostas, caso o examinador tenha fixado, uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes (Resolução nº 154/2014, art. 42, § 4º);

6. UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA MESMA QUESTÃO;

7. Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal folhas adicionais;
8. Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas;
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno de prova escrita ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso (Resolução CSMPF nº 154/2014, art. 47, parágrafo único).

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO IV

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Em determinado processo criminal, houve denúncia formulada (e recebida) em fevereiro de 2014 contra “A” (51 anos), “B” (67 anos), “C” (33 anos), todos administradores e com poderes de gerência na instituição financeira CONSÓRCIOS DO POVO S/A, além de “E”, auditor-fiscal do Banco Central do Brasil. Os fatos foram devidamente narrados, abaixo sintetizados e tipificados da seguinte forma pelo Ministério Público Federal:

a) Na administração da instituição financeira CONSÓRCIOS DO POVO S/A, restou comprovado que “A”, “B” e “C” apropriaram-se de valores pertencentes a consorciados. Estes valores, no total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), foram devidamente ocultados e posteriormente convertidos em ativos lícitos da empresa EASYCLEAN BRASIL (empresa de lavanderias automatizadas *selfservice*), da qual “A”, “B” e “C” também eram os administradores, porém “administradores de fato”. Sem haver relação de meio e fim (necessariedade) entre estes fatos narrados e os que seguem, “A”, “B” e “C”, com auxílio de “Zezé do Passaporte”, conhecido “doleiro”, também realizaram a seguinte operação: entregaram os R\$ 50.000.000,00 em espécie para “Zezé do Passaporte” que, no mesmo momento, realizou uma operação de transferência internacional (“dólar-cabo”) de sua conta ABA007 do Banco Alfa em New Jersey (USA) para a conta BBB666 da empresa *offshore* EASYCLEAN ASIA (também de propriedade de “A”, “B” e “C”) situada em Hong Kong, no valor equivalente em dólares norte-americanos das quantias entregues em reais. “Zezé do Passaporte” morreu antes do oferecimento da denúncia no caso em tela. “A”, “B” e “C” foram denunciados pelos crimes do art. 1º, § 1º, I, da Lei 9.613/98 em concurso material (art. 69, CP) com o delito previsto no art. 22, parágrafo único, da Lei 7.492/86. As provas são escorreitas quanto aos fatos narrados.

GRUPO IV

b) Provada a estabilidade e o prévio ajuste entre “A”, “B”, “C” para a prática dos crimes anteriormente narrados, houve denúncia também em detrimento deles pelo delito previsto no art. 288, CP.

c) No exercício da fiscalização que ensejou posteriormente a apuração dos crimes contra o sistema financeiro, o auditor-fiscal do Banco Central do Brasil “E” solicitou diretamente aos três administradores “A”, “B” e “C”, em razão de suas funções, o pagamento da vantagem indevida de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para que não lavrasse as autuações e comunicação criminal ao Ministério Público, caso em que, se entregue a vantagem, lavraria apenas autos de menor gravidade que ensejaria pagamento, pela instituição financeira CONSÓRCIOS DO POVO S/A, de multas de natureza exclusivamente administrativa. Não houve o pagamento da vantagem indevida solicitada. Em razão disso o auditor-fiscal lavrou todas as autuações exigidas legalmente, inclusive as comprobatórias dos delitos contra o sistema financeiro nacional, com base na quais houve a denúncia criminal. A prova da solicitação da vantagem pelo servidor público se deu por gravação em vídeo e voz realizada por “A”, “B” e “C”, dentro da sala de reuniões da diretoria da empresa CONSÓRCIOS DO POVO S/A, dois dias antes da lavratura dos autos, sem que “E” soubesse que a gravação estivesse sendo feita. A conduta de “E” foi capitulada no art. 317 do Código Penal.

Em memoriais escritos, o membro do Ministério Público Federal que o antecedeu no exercício das funções pediu a condenação de todos os envolvidos nos exatos termos da denúncia.

Em sua sentença, o Juiz Federal proferiu decisão:

a) Condenatória por infração ao art. 1º, § 1º, I, Lei n. 9.613/98 (*impondo penas idênticas a “A”, “B” e “C” de 5 anos de reclusão em regime semiaberto, além de multa*), mas absolutória em relação ao crime do art. 22, parágrafo único, da Lei 7.492/86, argumentando que esta conduta seria atípica diante da ausência de saída física dos valores pertencentes a “A”, “B” e “C” do Brasil

GRUPO IV

para o exterior, bem assim porque, se típica fosse, estaria caracterizada a hipótese de fato posterior impunível;

b) Absolutória da prática do crime previsto no art. 288, CP, ao argumento de que, malgrado indiscutível e provada a associação e ajustes necessários entre os envolvidos, não há como se impor condenação pelo delito em voga se a empresa CONSÓRCIOS DO POVO S/A é lícita, fiscalizada regularmente pelo BACEN e não foi criada para a prática de crimes, situação idêntica da empresa EASYCLEAN BRASIL;

c) Absolutória do crime imputado ao servidor público. O magistrado fundamentou que: 1) a prova produzida em detrimento do servidor, única existente, não poderia ser aceita diante de ser ilícita a gravação que comprovava a materialidade; 2) ademais, o servidor público não deixou de praticar nenhum ato de ofício, tanto que realizou ambas (e corretas) autuações. Assim, e em complemento, se admitida a prova, seria também atípica a conduta narrada na denúncia.

A sentença penal do caso em tela não contém nenhuma obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão. Regularmente intimado nos autos, produza a(s) peça(s) que você entenda cabível(eis) ao caso, com a devida(s) forma e respectivas justificativas e fundamentos legais. **(Máximo de 60 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Acolhendo manifestação do Promotor de Justiça da Comarca do Município X, o Juiz Estadual, reconhecendo sua incompetência em razão da matéria, remeteu os autos de inquérito policial para o Juiz Federal da Subseção com jurisdição neste mesmo Município. Você é o membro do Ministério Público com atuação na Procuradoria da República neste Município (PRM). No caso

GRUPO IV

concreto, trata-se de uma investigação por tráfico internacional de entorpecentes. Originariamente, o Delegado de Polícia Civil “Z” representou diretamente ao Juiz Estadual pleiteando o deferimento da interceptação telefônica dos supostos envolvidos “A”, “B” e “C”, dizendo expressamente tratar-se apenas de tráfico interno (*porém era sabido pela autoridade policial tratar-se indiscutivelmente de tráfico internacional de entorpecentes desde o nascedouro da investigação preliminar, circunstância que foi omitida na representação pela interceptação telefônica*). Verificando a narrativa e os elementos existentes, estando presentes os requisitos legais para tanto (mas sem saber que fora omitido este detalhe acerca da internacionalidade do tráfico), o Juiz Estadual deferiu as interceptações telefônicas, que ensejaram, exclusivamente por este provimento jurisdicional, a comprovação (até então inexistente *nos autos*) de tráfico internacional de entorpecentes, bem como a prisão em flagrante dos três envolvidos, cuja autoria restou evidente e indiscutível. A materialidade também foi cabalmente comprovada diante da apreensão de 1.000 (mil) quilogramas de cocaína vindos do exterior. O membro do Ministério Público Estadual teve ciência do deferimento das interceptações. Posteriormente, quando concluso o inquérito policial com os presos, verificou que a hipótese era tráfico internacional e pediu o declínio, o que foi acolhido. As únicas provas dos autos são as que foram referidas. A comprovação de que já era sabido pela autoridade policial civil se tratar desde a origem de tráfico internacional de entorpecentes se deu posteriormente à declinação de competência pelo Juiz Estadual. Quais providências você tomaria neste caso como membro do Ministério Público se recebesse os autos para manifestação? Justifique e fundamente. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

2. No que se refere à denominada colaboração premiada, discorra sobre as seguintes assertivas, fundamentadamente:

I - No ato de homologação do acordo, é lícito ao juiz reconhecer como inválidas as cláusulas que estabelecem: a) o dever de o colaborador renunciar

GRUPO IV

ao direito ao silêncio; e b) a impossibilidade, genericamente, de o colaborador recorrer das decisões judiciais que venham a ser proferidas naquele processo. Nestes duas hipóteses mencionadas, poderá o juiz recusar a homologação da proposta do acordo assinado pelas partes envolvidas.

II - A inexistência concomitante da gravação em vídeo da colaboração prestada com os termos de colaboração devidamente assinados pelas partes envolvidas é motivo que impede o juiz de homologar o acordo.

(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)

3. Membro do Ministério Público Federal oficiante perante a Procuradoria da República no Município “X” recebeu procedimento criminal que contém detalhadamente a exposição de fato criminoso e a respectiva autoria, de competência federal. Porém, como o fato ocorreu em local que está geograficamente integrado pela Procuradoria da República no Município “Y”, é correto dizer que, neste caso, se optar pelo declínio de atribuição, deverá submeter o feito à homologação da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. Justifique. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

4. Comente acerca do tema “A Constituição da República de 1988 e Política Criminal”. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

5. Explique a diferença dos conceitos de Criminologia nos paradigmas etiológico e da reação social. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

6. A Dogmática Penal e a sociedade de risco. **(Máximo de 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**